

A livre conversibilidade exige cuidados

09 NOV 1999

O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer, anunciou que a livre conversibilidade do real pode ser aprovada até o final do primeiro semestre do ano 2000. O presidente do BC, Armínio Fraga, grande defensor da medida, confirmou a intenção de estabelecer esse novo regime, porém, sem fixar uma data.

A livre conversibilidade permite comprar e vender divisas sem autorização do Banco Central e apresenta diversas vantagens, entre elas a de dar maior transparência aos negócios com o Exterior, reduzindo a sonegação fiscal, além de estimular a entrada de capitais estrangeiros no País. Além disso, um regime de livre conversibilidade, como o que vigora nos paí-

ses mais desenvolvidos, confere inegável prestígio a qualquer governo que o adote. Aliás, um sistema de câmbio flutuante, como o adotado pelo Brasil, desemboca naturalmente na livre conversibilidade.

Mas a decisão de anunciar antecipadamente a intenção de adotá-la merece alguns comentários. Em primeiro lugar, qualquer mudança na política cambial deve ser anunciada, preferivelmente, no dia em que se torna efetiva. Isso porque, se por qualquer razão, o País não conseguir introduzir a livre conversibilidade no prazo previsto, estará dando a impressão de que atravessa dificuldades em seu balanço de pagamentos, o que pode desencadear movimentos especulativos.

Pior ainda seria se o País fosse obrigado a abandonar a livre conversibilidade, depois de tê-la adotado. Por isso, o governo brasileiro não devia ter anunciado essa sua intenção antes de estar seguro de que poderá realmente instituí-la e sustentá-la.

Um regime de livre conversibilidade só pode ser mantido quando há equilíbrio fiscal e situação cambial tranqüila. Ora, no que diz respeito ao equilíbrio fiscal, a situação no Brasil está longe de ser satisfatória: o déficit nominal do setor público continua muito elevado, apesar de uma política de contenção de gastos que não permite atender adequadamente às demandas da população. Também a situação cambial está longe de ser tranqüila. Portan-

to, o governo deveria primeiro avaliar a real possibilidade de reduzir o déficit da Previdência Social e saber melhor no que resultará a reforma tributária, assim como aguardar a melhoria prevista para as transações correntes, cujo déficit é ainda muito alto, cerca de 4% do PIB, antes de anunciar a livre conversibilidade.

É preciso lembrar, finalmente, que em termos de operações do mercado o atual regime cambial brasileiro já se aproxima muito do de livre conversibilidade. Por isso, a maior mudança seria na margem de autonomia das autoridades, que perderiam boa parte dos mecanismos de controle com os quais podem contar, atualmente, para combater movimentos especulativos.